

ILMO. PREGOEIRO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2024

UASG: 153173

(Processo Administrativo nº 23034.009636/2023-20)

CONSÓRCIO TECNO2000 / SOLUÇÃO

Representado pelo líder do consórcio Tecno2000 Indústria E Comércio Ltda CNPJ: 21.306.287/0001-52, com sede na Rua Vereador Décio de Paula, 101, Planalto, Formiga-MG, CEP 35.570-000, neste ato representada por seu sócio administrador, Jordano Castro Nascimento, CPF 274.710.716-72, doravante denominada RECORRENTE, vem respeitosamente interpor

CONTRARRAZÕES

Em face do recurso administrativo apresentado pela empresa RGD Indústria e Comércio Ltda., empresa privada de capital nacional, CNPJ 41.244.906/0001-39, NIRE 26.2.0079003-1, pessoa jurídica de direito privado, com sede a Av. Dr. José Borba, 20 – Mangabeira – Itapissuma – PE – CEP 53.700-000, doravante denominada RECORRIDA, pelas razões de fato e de direito que passa a expor.

1. DA CERTIFICAÇÃO DO IBAMA – MANDADO DE SEGURANÇA – LIMINAR NEGADA – DESISTÊNCIA DO PROCESSO

Dispõe o edital em comento:

7.15. Conforme disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, o Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de

Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 e normas supervenientes.

7.15.1. A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta on line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo.

O inciso II, art. 17 da Lei nº 6.938, de 1981 dispõe:

II - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, para registro obrigatório de pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras e/ou à extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de produtos e subprodutos da fauna e flora. (Incluído pela Lei nº 7.804, de 1989)

No presente caso, a Recorrida – NO MOMENTO DA APRESENTAÇÃO NA LICITAÇÃO - NÃO possuía Certificado de Regularidade do IBAMA para fabricação de mobiliário escolar ou qualquer outro produto. A Recorrida, no momento que apresenta à Administração seu Certificado, detinha apenas e somente Certificação IBAMA para *consumo* de madeira e carvão, ou seja, como produtos consumidos em caldeiras e fornos e *não* para fabricar produtos móveis ou qualquer outro produto. Ou seja, ele claramente não possuía no momento de sua convocação para o Grupo 3 o documento do IBAMA como fabricante.

Destarte, a Recorrida não atendeu aos itens 7.15 e 7.15.1 do edital; logo, sua desclassificação se impõe.

Não obstante, a Recorrida – já que foi desclassificada corretamente pelo Pregoeiro – buscou reverter no judiciário tal decisão; contudo, sem melhor sorte.

A Recorrida, mediante mandado de segurança, no processo nº 1061811-21.2024.4.01.3400, na 4ª Vara Federal Cível da SJDF – TRF1, obteve decisão de INDEFERIMENTO do seu pedido de liminar, *ex verbis*:

Quanto ao seu conteúdo, também não verifico qualquer incorreção que mereça a corrigenda deste Juízo. Observa-se ainda que no dia 13/06/2024, marco de início da sessão pública do Pregão Eletrônico, o Certificado de Regularidade (CR), registro nº 5067630, data da consulta 07/06/2024, CR emitido em 07/06/2024, CR válido até 07/09/2024 possui no Cadastro Técnico Federal de Atividade Potencialmente Poluidoras e Utilizadores de Recurso Ambientais CTF/APP apenas um código, a saber: 21-48, descrição: Consumo Industrial de madeira, de lenha e de carvão vegetal – Lei nº 12.651/2012, art. 34, conforme se observa no documento de (id 214150328).

Observa, ainda, que a parte impetrante juntou aos autos a referida Certidão atualizada (data de consulta 17/06/2024, CR emitido em: 17/06/2024, CR válido até: 17/09/2024). Nessa “nova” Certidão aparecem, no Cadastro Técnico Federal de Atividade Potencialmente Poluidoras e Utilizadores de Recurso Ambientais CTF/APP, dois “novos” códigos, a saber: 3-10, descrição: Fabricação de artefatos de ferro, aço e de metais não-ferrosos com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia e código: 7-4, descrição: Fabricação de estruturas de madeira e de móveis, além do já citado código 21-48.

Sobre a assunto, destaco que a própria parte impetrante atesta que, no procedimento da análise de documentação do Edital do Pregão nº 90010/2024, constava como documento da primeira certidão descrita acima. Entretanto aduz que “a autoridade coatora desclassificou a Impetrante, quando poderia (DEVERIA) ter engendrado simples diligência, oportunidade em que comprovaria que o cadastro da empresa está atualizado e condizente com a exigência que ela mesma “concebeu” à margem do que já estava previsto no Edital. Caso tivesse agido conforme os ditames acima indicados, a autoridade coatora verificaria que o certificado da Impetrante foi atualizado no sistema na mesma data da sessão pública, em 17/06/2024”.

De acordo com a Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, fica vedada a substituição ou apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência. Tais dispositivos apresentam o rol da exceção apresentada em sede de diligência, vejamos:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

Pois bem, destaca-se que a certidão atualizada fora emitida em 17/06/2024 às 15:54:42 (conforme se observa no final do doc. Id 214153042). Por outro lado a análise de documentação foi verificada e assinada em 17/06/2024, às 12:01.

Sendo assim, nesse momento de cognição sumária, tem-se não há que se falar em formalismo exacerbado, uma vez que a própria lei, aplicada ao caso, impede que o documento seja substituído, também, importante destacar que não se trata de uma mera atualização. Verifica-se que com a adição de novos códigos, entende-se que se trata de uma nova certidão, portanto documento novo.

Logo, nenhuma ilegalidade ou abuso de poder se verifica no agir administrativo. Ademais, o controle judicial restringe-se ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, não sendo possível nenhuma incursão no mérito administrativo, de modo que não cabe ao Judiciário substituir a Administração no caso.

Pelo exposto, indefiro o pedido liminar.

Como bem entendido pela Administração Pública, o Judiciário de igual maneira também indeferiu o pedido de inserção de nova Certificação, pois se trata de pedido ilegal.

Ora, o que fez a Recorrida após ter sua liminar negada? Estrategicamente, DESISTE DO PROCESSO para evitar coisa julgada e consolidar sua desclassificação.

Nesse sentido, observa-se que a Recorrida usa de expedientes vivazes para a todo modo não apenas forçar sua classificação (ilegal já reconhecida pelo FNDE e pelo Judiciário) quanto insistir em turbar a licitação mesmo que em franca contradição a seu próprio comportamento, violando a regra geral de direito do *venire contra factum proprium*. Portanto, nítido o caráter de turbação que vista a Recorrida tanto administrativamente quanto até judicialmente.

Senão veja-se o início da petição de desistência do mandado de segurança:



1

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DA 4ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO
JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL**

Processo nº 1061811-21.2024.4.01.3400

RGD INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., por seus Advogados, com fundamento no art. 485, inc. VIII, §§ 5º e 6º, do Código de Processo Civil – CPC,¹ apresentar **PEDIDO DE DESISTÊNCIA** da presente ação mandamental.

O próprio FNDE através de seu Ilustríssimo Procurador Federal o Dr. Geraldo José Macedo Da Trindade nas informações prestadas pelo FNDE no presente Mandado de Segurança (Informação nº 3541/2024- Ccrec/Cgconsu/PF-Fnde/FNDE) apresenta o mesmo entendimento, senão vejamos:

“Para além de todas as alegações, importante notar que, ciente da impossibilidade de atacar a presente decisão junto ao Tribunal de Contas da União, como se esgotadas todas as possibilidades administrativas, caminha a empresa RGD por adentrar a esfera judicial, sabidamente por que a Corte de Contas da União rechaça lógica tão estapafúrdia, qual seja a de que a mera apresentação de "Certidão de Regularidade" não deva estar vinculada com a capacidade lógica de se extrair de tal certidão se a entidade está ou não regular. Seria o mesmo que argumentar que a apresentação de "Certidão de Antecedentes Criminais" seria suficiente para o exercício de atividade policial, mesmo que nela contenha dizeres do indivíduo na prática de crime de tráfico de entorpecentes. Mais uma vez, a banca tenta provocar certa dissonância cognitiva com fatos e linhas racionais as mais simples possíveis.

Em outro ponto, a banca de advogados traz alegação

que tal item não estaria vinculado ao edital, quando é bem claro que se encontra topograficamente no item 7.15, inclusive remetendo ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU/CGU:

7.15. Conforme disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, o Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso 11, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021e normas supervenientes.

Por óbvio, a regularidade está mais que vinculada aos elementos de mobiliários, e não a qualquer elemento de âmbito de reflorestamento.

Ainda alega a tantas que aguardar o trâmite recursai traria inúmeros prejuízos ao procedimento licitatório. Ora, o que de fato há de atrasar é a irregularidade tencionando se tornar regular em um processo que foi extremamente auditado, quer pela Procuradoria Federal junto ao FNDE, quer pela Auditoria Interna do FNDE, órgãos vinculados respectivamente à AGU e à CGU, em últimas instâncias.

Por fim, ainda que a certidão pudesse tão facilmente ser modificada, com a inclusão de outros tipos de descarte, como se alega na peça mandamental da banca de advogados, não excluiria da apreciação da Administração Pública analisar todos os documentos que comprovem tais fatos, uma vez que se a certidão é tão facilmente passível de alteração, a documentação que subjaz aos critérios certificadores devem assim acompanhar em envio da proposta. Não é o que se aparenta ser. A volta no tempo, após decisão desfavorável da Administração Pública, lastreada em cláusula do edital, não deve ser tida como algo realizável, sob pena de prejudicar a proposta que melhor atenda ao poder público, não do elemento mais barato, mas sim daquele que carrega o melhor preço com a máxima qualidade para a sociedade, seja aos

discentes, seja ao meio ambiente.”

2. DA BUSCA DA MELHOR PROPOSTA

Como demonstrado e documentado acima, a RGD não teve condições objetivas para obter a vitória de sua proposta no Lote 3.

Por outro lado, o Consórcio Tecno2000/Solução ofertou os menores preços unitários quando comparado com os preços unitários das empresas que foram vencedoras dos outros lotes dessa licitação. Demonstrando o esforço do Consórcio em apresentar um preço competitivo, favorável à Administração Pública e com produtos de máxima qualidade e atendendo a todos os requisitos técnicos, econômicos-financeiros e jurídicos. Demonstrando a capacidade de produzir e entregar os móveis escolares dentro do esperado pela Administração Pública.

DOS PEDIDOS:

Diante do todo exposto, REQUE-SE, respeitosamente, que:

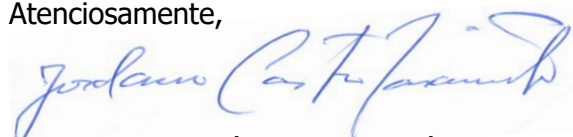
1. O presente recuso seja conhecido e provido para manter a desclassificação da Recorrida no Lote 3;
2. Protesta-se provar o alegado por todas os meios de direito, notadamente, exibição de novos documentos em observância ao princípio da eventualidade.

Nestes termos,

Pede-se deferimento.

Brasília/DF, 2 de setembro de 2024

Atenciosamente,



TECNO2000 INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
JORDANO CASTRO NASCIMENTO
SÓCIO ADMINISTRADOR
C.I.: 3.801.707 - SSP/DF
C.P.F: 274.710.716-72